



## Interpelação Oral

Recentemente, uma ministra do Japão demitiu-se de funções por suspeita de ter violado a lei eleitoral ao distribuir leques aos eleitores, o que demonstra bem o nível de tolerância daquele país em relação à corrupção eleitoral. Nos 15 anos que se seguiram à transferência de soberania, Macau passou por cinco eleições para a Assembleia Legislativa, e durante as várias campanhas eleitorais, foi frequente ver as associações a oferecerem benefícios aos seus associados, tais como refeições, passagens aéreas gratuitas, e cupões de compras. Isto é o mesmo que corrupção eleitoral pois acontece sempre em época de eleições, mas o Governo finge que não vê e deixa que estas situações de irregularidade se agravem, portanto, os grandes grupos financeiros controlam os resultados das eleições, e o Comissariado Contra a Corrupção nunca conseguiu adoptar medidas para resolver a situação.

O Procurador afirmou que a legislação é pouco clara, nomeadamente no que se refere às sanções para as irregularidades eleitorais. Os manipuladores praticam corrupção em pirâmide, o que dificulta a identificação da sua origem, e para além disso, segundo a legislação em vigor, apenas é punido quem pratica o acto, nada se podendo fazer em relação àquele que está por detrás a manipular, portanto, não é possível combater, eficazmente, a corrupção. Em Macau, só 14 dos 33 deputados é que são eleitos pelos residentes, nem sequer metade do total, e se a corrupção eleitoral continuar, será mínima a representação da opinião da população na Assembleia Legislativa, e esta vai transformar-se numa verdadeira “entidade de chancela” e num local para a partilha de interesses entre os senhores que detêm o poder.



Muitos residentes, em especial os idosos, não têm conhecimento do processo eleitoral, especialmente da votação, por isso, são facilmente enganados e não votam de acordo com a sua vontade, o que dá azo a resultados eleitorais estranhos, que só prejudicam os interesses dos residentes.

**Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. Nos casos de corrupção eleitoral registados no passado, os residentes das camadas sociais mais baixas é que foram acusados, enquanto os manipuladores que tinham interesses directos não tiveram de assumir quaisquer responsabilidades, até foram, naturalmente, eleitos. Isto porque existem graves lacunas nos actuais regimes e no enquadramento jurídico, que permitem aos indivíduos em causa verem-se livres de responsabilidades. Assim sendo, a fim de colmatar as referidas lacunas, quando é que o Governo da RAEM vai rever a Lei Eleitoral para a AL, introduzindo as normas necessárias?
2. São menos de metade do total os deputados eleitos por sufrágio directo, por isso é que a AL não consegue exercer plenamente o seu papel de representante da opinião da população. Com vista a reconquistar a confiança da população, o Governo da RAEM deve apresentar uma proposta de revisão da Metodologia para a Constituição da AL, aumentando o número de Deputados eleitos por sufrágio directo e, conseqüentemente, a representatividade da população. Vai fazê-lo?
3. Com o objectivo de combater todas as formas de corrupção, a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Comissão Eleitoral da AL deve passar a permanente, com vista ao reforço dos conhecimentos da população sobre a corrupção eleitoral e para, através da educação, inculcar nos estudantes noções de civismo correctas. O Governo vai fazer isso?

29 de Outubro de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM  
Leong Veng Chai**